



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

No que respeita ao tratamento da questão habitacional dos residentes de Macau, temos a impressão que o Governo da RAEM tem recorrido a uma política de “demora”, que se pode reflectir em vários aspectos, nomeadamente: no decorrer dos 10 anos depois da transferência de soberania, as unidades de habitação económica concluídas por ano não ultrapassaram as 200; os trabalhos de revisão de leis e regulamentos respeitantes à habitação económica têm sido adiados; o fenómeno da loucura da subida de preços e rendas das habitações no mercado privado, devido à falta de fiscalização, tem sido ignorado. Tudo isto leva a que os agregados familiares que integram a lista de espera para aquisição de habitação económica, e os indivíduos com rendimentos médios mas que não têm capacidade económica para suportar os custos irracionais das habitações no mercado privado se deparem com muita pressão respeitante à habitação.

Na interpelação escrita apresentada no dia 15 de Julho de 2010, apontei o facto de no decorrer dos 10 anos antes da transferência de soberania (1991-2000) tinham sido construídas 15.000 unidades de habitação económica, mas depois da transferência de soberania, ou seja, desde 2001 a 2009, apenas 1.600 unidades deste tipo de habitações tinham sido construídas pelo Governo da RAEM. Esta grande diferença de quantidade deixa-nos espantados, pois, porque é que o Governo, que tem afirmado que ia observar o princípio “ter por base a população” no desenvolvimento das acções governativas da RAEM,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

fica tão indiferente face às dificuldades habitacionais das pessoas com rendimentos médios e baixos e não adoptou medidas para atenuar as suas dificuldades, antes pelo contrário, com a conclusão de tão pouca quantidade de unidades de habitação económica. Nestes últimos anos, o Governo da RAEM tem adiado os trabalhos de revisão de leis e regulamentos respeitantes à habitação económica, facto este que leva a que os agregados familiares integrados na lista de espera para aquisição de habitação económica tenham dificuldade em adaptar-se à situação. Como os seus problemas habitacionais não foram devidamente resolvidos através do requerimento para aquisição de habitação económica, logo, uma grande parte dos residentes com necessidades reais, foi obrigada a comprar habitação no mercado privado. Todavia, o pesadelo começa só após a aquisição da habitação no mercado privado, pois, os residentes em questão tornaram-se vítimas do efeito bolha registado no sector imobiliário. Este efeito bolha deveu-se à falta de fiscalização e ao excesso de actividades de especulação. Consequentemente, estes residentes têm que viver sob a pressão do pagamento da prestação do empréstimo ao banco. Afinal, tudo isto se deveu às falhas verificadas na política de habitação, incluindo habitação pública, implementada pelo Governo da RAEM, o que resultou no agravamento de conflitos sociais e descontentamento do público. Face a isso, o Governo tem que assumir, de forma inalienável, as responsabilidades.

Por forma a salvaguardar o direito à habitação dos residentes com rendimentos baixos e médios e a evitar que os residentes de Macau continuem



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a ser vítimas do mercado imobiliário privado, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Nos últimos anos, a economia desenvolveu-se a ritmo acelerado e aumentaram os rendimentos de alguns residentes. Face ao exposto, o Governo vai então adoptar alguma medida especial para resolver o problema de habitação dos candidatos que se encontram há anos em lista de espera por uma habitação económica, por forma a não lhes lesar o direito à habitação?
2. Vai o Governo ser “menos rigoroso” aquando da revisão das normas relativas ao limite máximo de rendimentos, consagradas nas leis e diplomas legais relativa à habitação económica, por forma a que mais residentes com rendimentos baixos e médios possam candidatar-se à aquisição de habitação económica e atenuar efectivamente as dificuldades com que os residentes se deparam na compra de uma habitação?
3. O Governo afirmou publicamente que o grupo de trabalho interdepartamental – “Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário”, criado em Junho passado, vai apenas apresentar medidas a curto, médio e longo prazo em 30 de Novembro do corrente ano. No entanto, os residentes não conseguem tolerar mais as irregularidades



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

verificadas no mercado imobiliário privado. Assim, tendo em conta as experiências dos territórios vizinhos e com vista a eliminar as preocupações do público acerca do desequilíbrio do preço dos imóveis do mercado imobiliário privado, decorrente dos apoios concedidos pelo Governo, e da cedência de interesses entre o Governo e os empresários, vai o Governo adoptar de imediato as respectivas medidas de controlo para o mercado imobiliário privado?

22 de Julho de 2010.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM: Ho Ion Sang.